



Organização Não Governamental de
Ambiente, de Utilidade Pública, com
actividades desde 1981

Nota de imprensa

Litoral Tróia – Sines

Ordem para ocupar!

Soubemos através da imprensa que os Ministros do Ambiente e da Economia concederam o reconhecimento de interesse público aos projectos Pinheirinho e CostaTerra.

Estes empreendimentos imobiliários, contíguos, serão edificados numa das áreas costeiras mais bem preservadas da Europa, classificada como **Rede Natura 2000**. Serão construídos cerca de **400 moradias, 3 hotéis, 10 aparthotéis, 7 empreendimentos turísticos e 2 campos de golfe, num total de 450 hectares para 10 000 camas!**

O número de camas **registadas no concelho de Grândola em 2001** corresponde a **um décimo!**

Estes projectos de grande dimensão **vêm juntar-se a outros, já em construção ou anunciados** – Tróia (Imoareia) com cerca de 7500 camas, Soltróia, Carvalhal e Comporta.

O GEOTA tem vindo a acompanhar o planeamento desta região do litoral desde há alguns anos. Somos membros da comissão de acompanhamento da revisão do Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo Litoral...que nunca reuniu! Emitimos pareceres no âmbito da avaliação de impacte ambiental dos dois projectos em causa, bem como sobre o reconhecimento de interesse público¹.

Com esta decisão, **o Governo optou por avançar com a construção, não esperando pelo planeamento²**. O planeamento regional tem vindo a ser adiado ao longo dos anos, dando-se preferência ao planeamento de pormenor e, confirma-se agora, à construção e ao **betão**. Esta foi uma **má decisão para o ambiente**.

O potencial turístico do litoral alentejano é muito significativo e o seu aproveitamento não é incompatível com a preservação do ambiente, antes pelo contrário. O papel do PROTALI é esse

¹ Documentação disponível em www.geota.pt



Organização Não Governamental de
Ambiente, de Utilidade Pública, com
actividades desde 1981

mesmo, ajudar a **compatibilizar e conciliar os diversos interesses** que impendem sobre o território em causa, tendo uma visão conjunta da região, evitando visões fragmentadas que aparecem frequentemente associadas a projectos imobiliários como estes. Não basta assegurar que cada projecto, por si, é de qualidade e respeita o ambiente, **é necessário garantir a coerência e respeito pelo ambiente como um todo** (tarefa a executar em sede de planeamento, incluindo a avaliação ambiental do PROTALI).

Os aproveitamentos turísticos devem trazer mais valias sustentáveis para a população local e fornecer opções de convívio com a natureza, cada vez mais ameaçada. Não devemos repetir os erros que, como todos reconhecem hoje, foram cometidos no Algarve nem hipotecar valores futuros e ecossistemas frágeis, cuja perda será irreversível.

No início deste Governo, foi revogada uma decisão que, reconhecendo interesse público, **tinha autorizado o abate de milhares de sobreiros na zona de Benavente. Na altura, pensámos que essa viria a ser a regra. Hoje, estamos baralhados.**

O GEOTA vai solicitar a S.Exa o Ministro do Ambiente toda a documentação que suportou a decisão agora tomada. Queremos saber como foi feita a avaliação de alternativas exigida pela legislação nacional e comunitária. Queremos saber que interesses se revelaram superiores ao interesse público que é a conservação da natureza (Rede Natura 2000) e que estudos comprovaram esta superioridade.

Caso se venha a confirmar, como parece, o incumprimento de legislação nacional e/ou comunitária, forçaremos a reposição da legalidade através dos competentes mecanismos judiciais.

GEOTA, 15 de Janeiro de 2006

Nota: para mais informações contactar Pedro Costa – 91 6061380

² Embora com atraso, já resultante dos Governos anteriores, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território informou-nos que os termos de referência do PROTALI estariam prontos no último trimestre de 2005.